

Crítica à análise institucionalista do processo de destituição de Dilma Rousseff: comentários sobre o livro “Operação impeachment”, de Fernando Limongi¹

Danilo Enrico Martuscelli²

Resumo: O objetivo deste comentário é examinar os alcances e limites da interpretação do impeachment de Dilma Rousseff, formulada pelo cientista político Fernando Limongi no livro “Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato”. Ao fundar sua explicação na problemática teórica do neoinstitucionalismo da escolha racional, o autor defende a tese de que o impeachment de 2016 teve direta relação com as investidas da Lava Jato contra o sistema político e com o cálculo racional dos membros dessas duas instituições. Os parlamentares votaram no impeachment de Dilma para estancar a sangria e salvar seus próprios mandatos, enquanto os arquitetos da Lava Jato agiram orientados por uma suposta fé na moralidade pública. Consideramos que tal explicação redundante em uma caracterização muito parcial e limitada do processo de impeachment que descarta de outras dimensões do fenômeno associadas principalmente às disputas em torno do conteúdo da política estatal e à relação entre instituições e classes sociais. Na parte final, apresentamos uma alternativa analítica que visa discutir a possibilidade histórica de o impeachment se converter em um golpe de Estado, e caracterizar a deposição de Dilma como um golpe jurídico-parlamentar que esteve associado à ofensiva neoliberal ortodoxa e ao uso casuístico do dispositivo do impeachment.

¹ Agradecemos enormemente a Arthur Salomão, Francisco Prandi, Leonardo Granato e Sávio Cavalcante pelos comentários críticos e sugestões que fizeram à primeira versão deste texto.

² Docente do Instituto de Ciências Sociais (INCIS) e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Correio eletrônico: daniloenrico@gmail.com

Palavras-chave: Impeachment. Dilma Rousseff. Golpe de Estado. Conflitos de classe.

Abstract: The aim of this commentary is to examine the scope and limits of the interpretation of the impeachment of Dilma Rousseff, formulated by the political scientist Fernando Limongi in his book “Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato”. Basing his explanation on the theoretical problematic of the rational choice neoinstitutionalism, the author defends the thesis that the 2016 impeachment was direct relationship with Lava Jato’s attacks on the political system and with the rational calculation of the members of these two institutions. The parliamentarians voted Dilma’s impeachment to stop the bleeding and save their own mandates, while the architects of Car Wash acted out of a supposed faith in public morality.

We believe that this explanation results in a very partial and limited characterization of the impeachment process, which neglects other dimensions of the associated mainly with disputes over the content of state policy and the relationship between institutions and social classes. In the final part, we present an analytical alternative that aims to discuss the historical of the impeachment becoming a coup d’état, and to characterize the deposition of Dilma as a juridical-parliamentary coup that was associated with the orthodox neoliberal offensive and the casuistic use of the impeachment device.

Keywords: Impeachment. Dilma Rousseff. Coup d’État. Class conflict.

Introdução

O debate sobre o impeachment de Dilma Rousseff converteu-se em um tema incontornável para quem busca compreender a política brasileira na última década, conjuntura que tem sido marcada por sucessivos processos de crise e instabilidade política e pela emergência de um movimento reacionário de massa de tipo neofascista, liderado por forças bolsonaristas (BOITO JR., MARTUSCELLI, GUILMO, 2025).

Dois campos teoricamente opostos têm se destacado no debate sobre este fenômeno. O primeiro deles é o campo orientado pela *problemática teórica institucionalista*,³ que tem focado suas análises nos fatores exclusivamente institucionais para explicar a deposição da presidente Dilma. No geral, a tese sustentada pelos institucionalistas é a de que o impeachment teria ocorrido conforme os ritos constitucionais vigentes no país (*tese da sucessão presidencial constitucional*). Já o outro campo é orientado por aquilo que poderíamos denominar *problemática teórica crítica*, que tende a tratar a deposição presidencial como um fenômeno resultante da combinação de causas econômica, política e ideológica e dos conflitos distributivos de classe a elas associados. Tal problemática crítica tem caracterizado o impeachment de Dilma como um golpe de Estado (*tese do golpe de Estado*).

Já analisamos essas polêmicas em outros momentos, procurando apresentar os critérios e os conceitos que permitem a fundamentação teórica de uma ou outra problemática acima referida, assim como seus alcances e limites analíticos (MARTUSCELLI, 2020; 2024). No presente texto, interessa-nos realizar um comentário crítico à obra “Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato”, de autoria de Fernando Limongi (2023).⁴ Embora não apresente abertamente em seu livro a corrente ao qual se vincula, Limongi é reconhecido por seus vínculos teóricos com o neoinstitucionalismo da escolha racional⁵ e

³ Utilizamos aqui o conceito de “problemática teórica”, formulado por Louis Althusser (2015), para designar a “unidade profunda de um pensamento”. Nessa perspectiva, a unidade de determinada problemática teórica envolve a combinação específica de um sistema de perguntas com um conjunto articulado de teses, conceitos e noções.

⁴ O autor é professor de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) e tem desenvolvido importantes trabalhos sobre as instituições políticas no Brasil contemporâneo. Juntamente com Argelina Figueiredo, Limongi fundou um importante programa de pesquisa para abordar a relação entre Executivo e Legislativo no Brasil, programa este que tem influenciado inúmeros estudos sobre o tema no país.

⁵ Guy Peters oferece uma definição sintética do neoinstitucionalismo da escolha racional que nos permite compreender mais claramente a orientação teórica adotada por Limongi e sua interpretação do impeachment: “O argumento fundamental das abordagens de escolha racional é o de que a maximização da utilidade [ou do benefício

pode ser considerado um dos principais porta-vozes do campo teórico que interpreta a saída de Dilma da presidência da República como uma sucessão presidencial amparada nas normas e legislações brasileiras, refutando, portanto, a tese do golpe de Estado.

Ao elaborar esse comentário crítico, propomo-nos a discutir tanto os alcances como os limites da análise de Limongi sobre o impeachment de Dilma. O texto está organizado em três partes principais. Na primeira, sintetizamos a tese central do livro e os argumentos e evidências apresentados pelo autor para confirmá-la. Para Limongi (2023), o impeachment de Dilma foi resultado de uma reação dos membros do sistema político (leia-se: parlamentos ou políticos eleitos) para conter as ameaças e investidas punitivistas da Operação Lava Jato. No curso do processo, os parlamentares passaram a considerar que a única forma de manter seus mandatos seria destituir a presidente de seu cargo, pois além de contribuir para fomentar a agenda anticorrupção no país, Dilma não vinha adotando nenhum posicionamento para frear as ações da Lava Jato. Ou seja, de acordo com o autor, os parlamentares fizeram um cálculo racional e chegaram à conclusão de que a melhor forma de salvar seus mandatos e carreiras políticas seria aprovar o impeachment da presidente. Na segunda parte, indicamos as lacunas e os limites desta análise, procurando destacar que o determinismo institucional é um obstáculo teórico para a compreensão do impeachment de Dilma, na medida que dissocia a dimensão institucional de outros determinantes causais e das forças sociais em presença na conjuntura que foram fundamentais para promover a queda política da presidente. Além disso, chama-nos a atenção a combinação que o autor faz entre neoinstitucionalismo e escolha racional para caracterizar o impeachment de Dilma, o que leva a centrar a sua explicação na

próprio] pode e continuará sendo a principal motivação dos indivíduos, mas esses indivíduos podem considerar que seus objetivos podem ser alcançados de forma mais eficaz por meio de ações institucionais e constatar que seu comportamento é moldado pelas instituições. Portanto, nessa visão, os indivíduos escolhem racionalmente ser, até certo ponto, limitados por sua participação em instituições, seja essa participação voluntária ou não.” (PETERS, 2019, p. 55, tradução nossa)

interação entre instituições e indivíduos e a descurar da existência de classes e grupos organizados atuantes na sociedade brasileira que exerceram influência sobre o processo. Partindo dessa orientação teórica, o autor sustenta que as iniciativas adotadas pelo sistema político e pela Lava Jato estão diretamente ligadas à busca da maximização dos benefícios dos próprios agentes que integram essas instituições. Por fim, como conclusão, buscamos apresentar uma alternativa analítica que visa conectar a dimensão institucional com o conteúdo da política de Estado e os conflitos de classe, com o objetivo de avançar nas reflexões sobre as condições políticas que permitem um dado processo de impeachment se converter em um golpe de Estado, hipótese que parece ter sido desconsiderada inclusive como possibilidade histórica pelo autor de “Operação impeachment...”.

A tese central de Limongi e os argumentos apresentados para atestá-la

No livro “Operação impeachment...”, Limongi propõe-se a explicar a causa da queda de Dilma Rousseff e, para tanto, afirma ter se respaldado em um levantamento sistemático de matérias e artigos de opinião difundidos pela grande imprensa acerca dos acontecimentos que marcaram a conjuntura em questão. A estrutura argumentativa do livro é profundamente marcada pela tentativa de organizar o encaideamento dos fatos e eventos principais relacionados ao processo de impeachment de Dilma. De modo deliberado, o autor evita o confronto com perspectivas teóricas adversárias às suas para validar a própria interpretação deste acontecimento político. Neste livro, o leitor não encontrará referências sobre o acúmulo de debates já realizados sobre o tema, nem a explicitação dos conceitos que o autor maneja para dar sentido aos eventos analisados. Ao fim e ao cabo, Limongi faz uso reiterado de metáforas para explicar a causa e a dinâmica do impeachment e oferece uma explicação de caráter descritivo e centrada

exclusivamente na dimensão institucional e nos cálculos racionais dos agentes que integram as instituições analisadas.

Para tratar das causas da deposição de Dilma, Limongi toma como eixo central de análise a relação entre o sistema político e a Operação Lava Jato. De acordo com o autor, a queda da presidente ocorreu porque o sistema político queria se livrar das ações punitivistas da Lava Jato e isso não seria possível caso Dilma Rousseff permanecesse na presidência da República. Por que os políticos eleitos que integram o sistema político tinham esse entendimento? Porque, para Limongi, a presidente Dilma vinha contribuindo para aprofundar a sangria do sistema político, como ficara demonstrado com o seu profundo compromisso com a pauta do combate à corrupção, manifesto inclusive em medidas que muito se assemelhavam às propostas pelos arquitetos da Lava Jato. Nessa perspectiva, Dilma teria caído por não demonstrar interesse em “estancar a sangria” gerada pela Lava Jato sobre o sistema político. Traduzindo tudo isso para o léxico do neoinstitucionalismo da escolha racional, é possível dizer que os parlamentares visando maximizar seus benefícios próprios, passaram a considerar que a solução mais racional, para neutralizar a Lava Jato e preservar seus mandatos e carreiras políticas, seria a destituição de Dilma.

O livro contém uma introdução e está dividido em cinco capítulos. Na introdução, o autor salienta que a presidente Dilma Rousseff incorporou o discurso anticorrupção e incentivou as investigações na Petrobrás, chegando a propor um pacote de medidas muito próximo ao elaborado pela Lava Jato. Além disso, sustenta que o impeachment teve relação com a implosão da coalizão governante que foi fomentada pela constituição de uma coalizão partidária alternativa encabeçada pelo PMDB e pelo PSDB. Para explicar essa implosão, Limongi refuta abertamente o que considera ser o “modelo canônico” centrado nas pressões externas, segundo o qual os protestos de rua teriam sido o fator central que desencadearam o impeachment. Segundo o autor, o fundamental da explicação está no “entrelaçamento entre o sistema

político e as investigações da Lava Jato e suas consequências políticas” (LIMONGI, 2023, p. 17).

Limongi descarta a tese de que o impeachment foi golpe ao afirmar que o impeachment necessita do cumprimento das regras do jogo institucional e geralmente é realizado em circunstâncias excepcionais: “Impeachment não são golpes”, vaticina o cientista político logo nas primeiras páginas do livro (LIMONGI, 2023, p. 13), interditando, com isso, qualquer tipo de discussão sobre as possibilidades históricas que permitem o dispositivo legal do impeachment ser mobilizado casuisticamente para fins golpistas, debate, aliás, que tem sido travado e levado a cabo por vários historiadores e cientistas políticos, tais como Perissinotto (2016), Napolitano e Ribeiro (2017), Santos (2017) e Boito Jr. (2018)⁶. No capítulo final, ele retoma essa ideia de contrapor impeachment a golpe, como veremos e procuraremos comentar mais adiante.

Em linhas gerais, o livro está estruturado da seguinte maneira: os três primeiros capítulos são dedicados à análise das três investidas contra o governo Dilma que malograram. Essas investidas foram levadas a cabo, respectivamente, a) por Lula, pela corrente majoritária do PT (Construindo um Novo Brasil - CNB) e pela base partidária do governo (capítulo 1 – primeira investida); b) pelos protestos de rua encabeçados pela oposição de direita partidária (PSDB) e ligada aos movimentos Vem Pra Rua, MBL, Revoltados Online e outros grupos que formaram a “Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos” (capítulo 2 – segunda investida); e, finalmente, c) por Eduardo Cunha como presidente da Câmara dos Deputados (capítulo 3 – terceira investida). Na sequência, Limongi analisa o que considera ter sido a investida determinante e fundamental contra o governo que fora orquestrada pela Lava Jato (capítulo 4 – a investida fatal) e a instabilidade que se produziu na conjuntura pós-impeachment em decorrência das novas investidas dos agentes da Lava Jato contra os representantes políticos e partidários, incluindo aqui o próprio presidente Michel Temer (capítulo 5).

⁶ Boito Jr. (2018) chegou a cunhar expressão “golpe do impeachment” para caracterizar a destituição de Dilma Rousseff.

Ao longo dos capítulos da obra, Limongi procura demonstrar as tensões que afetaram a relação da presidente Dilma com Lula e seu partido e, também, dela com sua base partidária no Congresso, tensões manifestas principalmente nas discussões envolvendo a distribuição e o controle das pastas ministeriais e de cargos de segundo e terceiro escalão do governo e de cargos da cúpula da Petrobrás. Para o autor, a presidente Dilma procurou preencher esses cargos com um perfil mais técnico e aos poucos desalojar desses cargos pessoas envolvidas com corrupção:

A faxina ministerial foi café-pequeno se comparada à da Petrobras. Na estatal, a “faxina ética” ou “deslulização” foi para lá de radical. Sem referência a essa intervenção, é impossível entender a Operação Lava Jato e o imbróglio que, mais tarde, viria a lhe custar o mandato. Na verdade, a intervenção quase lhe custou a candidatura à reeleição (LIMONGI, 2023, p. 27).

De acordo com o autor, tais práticas do governo não passaram incólumes. Nesse processo, setores ligados à própria base do governo e também da oposição tentaram enquadrar a presidente Dilma a partir de diferentes iniciativas: acusações relacionadas à compra considerada “tecnicamente injustificável” da refinaria de Pasadena, feita quando ela ainda era ministra de Minas e Energia do governo Lula; ameaças de abertura de uma CPI sobre o caso; formação de um bloco parlamentar comandado por Eduardo Cunha que visava barganhar inicialmente mais espaço no governo; e defesa do “volta Lula” nas eleições de 2014. Como observa Limongi, nenhuma dessas tentativas de enquadrar a presidente Dilma prosperou durante seu primeiro mandato.

Além disso, o autor expõe os dilemas internos enfrentados pelos partidos e movimentos de oposição de direita. Desde a publicação dos resultados das eleições presidenciais de 2014 até a efetivação do impeachment, a atuação da oposição de direita (incluindo partidos e movimentos) foi marcada por hesitações relacionadas à definição da

melhor tática e consigna a serem adotadas na conjuntura em questão. Em um curto espaço de tempo, cerca de dois anos, a oposição de direita se dividiu e oscilou em torno de algumas pautas e diretrizes políticas, tais como: denúncia de fraude eleitoral; defesa do impeachment da Dilma; impugnação da chapa Dilma-Temer; sangria do governo até as eleições de 2018; radicalização da oposição ao governo; e posição que deveria adotar diante do papel que vinha sendo cumprido pela Lava Jato na política brasileira.

Segundo o autor, as principais iniciativas tomadas para contestar os resultados eleitorais e difundir a tese da fraude foram as seguintes: pronunciamentos públicos de lideranças políticas, especialmente do próprio candidato derrotado nas urnas (Aécio Neves) e de seu partido (PSDB); manifestações de rua com as quais se envolveram militantes que exigiam desde o impeachment até mesmo a intervenção militar; e abertura de processos junto ao Tribunal Superior Eleitoral solicitando auditoria das urnas.

A linha política da oposição de direita foi ganhando outros contornos quando a Lava Jato começou a entrar em ação e tomar como alvo de acusação de corrupção várias lideranças políticas no país. Limongi chama a atenção aqui para o fato de que Dilma não teria conseguido colher os frutos da agenda anticorrupção que ela própria havia incentivado e passou a sofrer revezes políticos da Lava Jato – Operação que estava mais preocupada em “implicar o maior número possível de agentes públicos” do que apresentar sólidas provas em suas acusações.

Em 2015, sem deixar de considerar a tese da impugnação da chapa Dilma-Temer, duas teses principais começaram a dividir, de forma mais marcante, os dirigentes da oposição de direita, em especial aqueles vinculados ao PSDB: levar adiante imediatamente a proposta de impeachment de Dilma ou fazer o governo sangrar até 2018? O autor salienta aqui que os protestos de rua realizados contra o governo não contribuíram para impactar e fortalecer a defesa do impeachment de Dilma nesse momento.

No que tange à ruptura de Cunha com o governo, Limongi traça todo um histórico de pressões por parte do PMDB pela obtenção de cargos nos primeiro, segundo e terceiro escalões do governo, tomando como ponto de referência temporal inicial o segundo mandato de Lula. O argumento central esposado aqui é o de que Eduardo Cunha teria sido um dos apoiadores de primeira hora da candidatura de Dilma Rousseff, mas não recebeu as devidas recompensas em termos de cargos e recursos oriundos de emendas, o que o levou gradualmente a se afastar do governo até chegar ao ponto de anunciar seu rompimento quando já era presidente da Câmara dos Deputados, no segundo semestre de 2015:

(...) o deputado carioca acumulou muitos créditos durante a campanha presidencial. Trabalhou dia e noite para a eleger Dilma e Temer. Sendo essa a lógica no mundo político, esperava recompensa pelos serviços prestados. Reeleito, retornou a Brasília com a fatura em mãos. O governo, contudo, começou a operar em câmera lenta. As nomeações para o segundo e terceiro escalões, chaves para os operadores políticos do quilate de Cunha, dormiam na mesa do ministro Antonio Palocci (LIMONGI, 2023, p. 93).

Conforme as iniciativas da Lava Jato foram avançando, as tensões entre as lideranças políticas de Cunha e Dilma se intensificaram, o que levou o então presidente da Câmara dos Deputados a romper com o governo em julho de 2015, abrindo assim todo um processo instável e ziguezagueante de confronto e tentativas de entendimentos entre Cunha, facções do PMDB, governo e parte de lideranças do PT. Segundo Limongi, o contexto do segundo semestre de 2015 teria sido marcado pela seguinte sucessão de eventos: Temer abandonou a posição de intermediador da relação do PMDB com o governo; a convergência entre Cunha e segmentos do PT para barrar a Lava Jato tornou-se mais pronunciada; as pedaladas fiscais que até então não eram

tratadas como um problema, passaram a ser utilizadas como recurso para encurralar e acusar o governo de ter cometido crime de responsabilidade; e o governo realizou uma reforma ministerial para dividir o PMDB e se aproximar de parte de sua seção carioca.

A situação se acirrou ainda mais quando a Comissão de Ética da Câmara dos Deputados aprovou sua cassação e Cunha resolveu acatar um dos pedidos de impeachment. Esses dois acontecimentos ocorreram em dezembro de 2015, momento em que Temer anunciou ruptura com a presidente Dilma e novos protestos da oposição ao governo começaram a tomar as ruas, protestos que, na visão do autor, não geraram novamente impacto sobre o processo político. Além disso, ele ressalta que, nesse momento, o STF freou a tentativa de Cunha de mudar o rito do impeachment:

As mudanças [propostas por Cunha] não eram pequenas ou sem significado. A mais controversa retirava das mãos das lideranças dos partidos a prerrogativa de compor a comissão especial encarregada de emitir o parecer de admissibilidade do pedido de impeachment. Em lugar das indicações acordadas entre os líderes, o rito previa a escolha por voto secreto entre as listas que fossem oferecidas (LIMONGI, 2023, pp. 122-123).

De acordo com Limongi, no início de 2016, quando tudo parecia se inclinar para um processo de acomodação dos agentes – que teria ocorrido supostamente por meio de um recuo de Temer e do PSDB⁷ – e o

⁷ Empregamos o advérbio supostamente para questionar a análise do autor que parece não se sustentar em nenhuma prova empírica convincente para afirmar que Temer e o PSDB teriam recuado em relação à defesa do impeachment de Dilma. O autor chegou a afirmar que, nesse contexto: “O clima político era outro. O impeachment havia saído da pauta. O horizonte temporal se alargou. Tudo indicava que o calendário eleitoral seria respeitado” (LIMONGI, 2023, p. 129).

Salomão (2023) analisou as disputas internas do PSDB durante o processo que desaguou na deposição de Dilma. Ao contrário do que sustenta Limongi sobre o recuo do PSDB, Salomão demonstra que a defesa do afastamento de Dilma da Presidência

impeachment parecia estar sepultado, a Lava Jato lançou três operações (Triplo X, Acarajé e Aletheia nos meses de janeiro a março). O ponto de não retorno desta investida teria sido a Operação Acarajé que, pela primeira vez, trouxe à tona “fatos ocorridos durante o governo Dilma”, em especial o apoio da Odebrecht dada à sua campanha eleitoral de 2014. Na sequência veio a condução coercitiva de Lula, considerado pela Lava Jato o chefe da “organização criminoso”.

Como salienta o autor, tais investidas contribuíram decisivamente para reposicionar os agentes políticos na conjuntura: o PMDB resolveu romper com o governo e o PSDB deixou de sustentar a tese da impugnação da chapa Dilma-Temer e a estratégia da sangria até as eleições de 2018. Nesse novo contexto, PMDB e PSDB juntamente com outros partidos passaram a defender abertamente o impeachment de Dilma. O imbróglio todo é que se, por um lado, ocorreu a debandada da base do governo, permitindo a unidade de ação do PMDB com o PSDB, por outro, muitos dos que defenderam o impeachment, continuariam na mira da Lava Jato no contexto do governo Temer.

Na parte final, Limongi reporta-se à conjuntura de instabilidade política do governo Temer, ao *day after* do impeachment, que fora marcada pelas novas investidas da Operação Lava Jato contra o sistema político e por iniciativas tomadas por representantes políticos eleitos para conter ou se livrar dessas investidas. Além disso, o autor aponta como a ação da Lava Jato contra o novo governo levou o presidente Temer a arquivar a Reforma da Previdência.

da República tornou-se a tese que unificou o PSDB a partir de dezembro de 2015. Já Santos (2022) observa que após publicizar a carta de ruptura com Dilma, Temer passou a adotar uma posição discreta em relação ao impeachment para evitar ser tratado como conspirador e, também, para tentar construir uma unidade de seu partido em torno desta questão, algo que naquele momento não havia ainda se firmado. Portanto, ainda que reconhecesse no final de janeiro de 2016 que o impeachment teria perdido força, não há provas cabais de que Temer não teria efetivamente recuado em seus propósitos conspiratórios e golpistas contra a presidente Dilma. Na verdade, como liderança do PMDB, Temer tinha que fazer o dever de casa e resolver as contendas sobre o tema do impeachment que atravessavam a Convenção de seu partido naquele momento.

Nesse capítulo, Limongi procura também retomar a crítica à tese do golpe para caracterizar a deposição de Dilma Rousseff, argumentando que não foi golpe, pois os mesmos partidos que deram apoio ao governo Dilma, estavam agora na base do governo Temer:

A maior parte dos partidos que apoiava Dilma passou a apoiar Michel Temer. Para ser exato, seis partidos que a apoiavam até o início de março de 2016 (PMDB, PSD, PTB, PRB, PP e PR) integraram o governo de Michel Temer. Ficaram de fora três partidos de esquerda (PT, PCdoB e PDT). Entraram outros três, da oposição (PSDB, DEM e PPS). Entre os que foram ministros de Dilma em 2016, quatro foram aproveitados pelo novo governo: Gilberto Kassab (PSD-SP), Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), Eliseu Padilha (PMDB-RS) e Helder Barbalho (PMDB-PA). Falar em ruptura era conveniente para ambos os lados. O PT e os partidos de esquerda equipararam o impeachment a um golpe de Estado, a uma reação às políticas públicas que o partido vinha adotando desde que chegara ao poder.

A tese não se sustenta. Os partidos que teriam perpetrado tal golpe apoiavam o PT desde 2003. Se não objetaram às reformas em seu momento áureo, por que o fariam em 2016? Mais do que isso, tiveram a chance de deixar Dilma na eleição de 2014 e depois da proclamação dos resultados. Não o fizeram. Aceitaram pastas ministeriais em 2015 e permaneceram fiéis ao governo mesmo quando as ruas se encheram (primeiro semestre de 2015) e quando o todo-poderoso presidente da Câmara, Eduardo Cunha, se voltou contra o governo (segundo semestre de 2015). Dilma reagira à investida de Cunha remontando seu ministério: entregou ao PMDB a Saúde e a Ciência e Tecnologia. E, diga-se, entregou essas pastas a facções do partido próximas ao deputado, que a defenderam até fevereiro/março de 2016. Em outras palavras, não havia incompatibilidade ideológica entre o projeto do PT e o fisiologismo do PMDB (LIMONGI, 2023, p. 162).

Nesta longa passagem, Limongi deixa claro que o impeachment de Dilma não esteve associado ao conteúdo da política implementada pelos governos petistas, nem foi causado por uma incompatibilidade ideológica entre o PT e o “fisiologismo do PMDB”. O autor reitera a crítica à tese do golpe de Estado por considerar que o governo Temer foi formado praticamente por grande parte da coalizão partidária que deu sustentação aos governos petistas por mais de uma década – crítica, aliás, que está fundamentada em uma visão formalista das coalizões partidárias, por supor que tais coalizões não teriam nenhuma conexão com as políticas de governo implementadas; e em uma noção essencialista acerca do comportamento dos partidos políticos, por sugerir que os partidos não podem mudar de posição política, nem estabelecer distintas relações de representação com sua base eleitoral e de apoio com o passar do tempo.

Na análise de Limongi, o impeachment foi resultado de uma reação do sistema político às investidas punitivistas da Lava Jato. Foi uma reação para estancar a sangria e salvar a pele de políticos eleitos que poderiam mais cedo ou mais tarde se tornar alvo desta Operação e não viam disposição e interesse por parte da presidente Dilma de frear tais iniciativas, tendo em vista que, em sua interpretação, Dilma vinha adotando postura muito parecida à empregada pela Lava Jato no combate à corrupção.

Ainda que indique relações de proximidade de Dilma e a Lava Jato no tema do combate à corrupção, é digno de nota que o livro não apresenta respostas convincentes para as seguintes perguntas: se convergiam em relação à pauta do combate à corrupção, por que Dilma Rousseff e seu partido se converteram nos alvos centrais das investidas da Lava Jato? Por que tal convergência não possibilitou uma efetiva aliança da presidente com os mentores da Lava Jato?

Para o autor, a recusa dos mentores da Lava Jato se aliarem com a presidente Dilma deve ser entendida como um “cálculo político” (LIMONGI, 2023, p. 74), pois como se consideravam defensores da “moralidade pública” e entendiam que a corrupção era “endêmica”, os

juízes e promotores da Lava Jato não queriam perder para a presidente o protagonismo do combate à corrupção política.

Pela leitura do livro, ficamos sabendo, portanto, que as ações levadas a cabo por parlamentares e mentores da Lava Jato devem ser entendidas como uma questão de puro cálculo racional. Os parlamentares buscaram salvar seus próprios mandatos e os arquitetos da Lava Jato atuaram para defender a moralidade pública e punir os políticos corruptos. Nenhum desses agentes representaram interesses coletivos previamente constituídos, pois fundamentalmente representavam apenas a si próprios.

A análise de Limongi também não oferece respostas para questionamentos que tivemos a oportunidade de fazer em outro artigo que escrevemos com Sávio Cavalcante e que aqui retomamos pela conexão com os apontamentos críticos que acabamos de realizar:

por que a Lava Jato pôde desempenhar papel tão decisivo naquela conjuntura política [do impeachment]? Qual força social que, fora das instituições, permite a um aparelho do Estado ganhar a autonomia necessária para impor por métodos excepcionais – alguns deles, explicitamente ilícitos, como vazamento seletivo de gravações telefônicas obtidas de forma ilegal – a deposição da chefe do Executivo como única alternativa de resolução da crise? Como explicar que essa parte do Judiciário não teve força suficiente para derrubar Michel Temer quando esse governo, mesmo acuado por denúncias de corrupção, adotava o programa neoliberal, aplicando reformas como o teto de gastos, a reforma do ensino médio e a reforma trabalhista? (MARTUSCELLI e CAVALCANTE, 2023, pp. 15-16).

Por se fixar demasiadamente na dinâmica interna das instituições, a análise de Limongi não nos permite entender quais foram as causas motrizes que levaram um juiz de 1ª. instância do Paraná a redefinir toda a lógica de funcionamento das instituições jurídicas do

Estado, considerando desde o Ministério Público até o STF, a ponto de conseguir tornar legítimos ou normalizar certos procedimentos ilícitos e excepcionais praticados pelos agentes da Lava Jato. Seria a própria dinâmica interna do Ministério Público (MP) do Paraná que teria permitido o protagonismo nacional da Lava Jato? Ou esse fenômeno só pode ser explicado se considerarmos fatores de ordem externa ao próprio MP, tais como o apoio da grande mídia às investidas da Lava Jato, os protestos massivos que passaram a tratar Sérgio Moro como herói nacional ou mesmo as parcerias formais e informais estabelecidas entre juízes e promotores da Lava Jato e agentes estatais do Departamento de Justiça dos Estados Unidos?

Mesmo não oferecendo respostas satisfatórias e convincentes para questões que consideramos centrais para o desenvolvimento de uma análise sobre o impeachment de Dilma, reconhecemos que, no debate sobre a relação entre sistema político e Lava Jato, Limongi toca pontualmente em um problema de extrema relevância para a compreensão desse processo ao salientar que:

Em resumo, se aprovadas, as Dez Medidas [Contra à Corrupção - apresentadas pelos mentores da Lava Jato] favoreceriam sobremaneira o trabalho da acusação. As prerrogativas discricionárias enfeixadas nas mãos do Ministério Público para escrutinar o comportamento dos políticos seriam amplas, para não dizer ilimitadas. Seleccionados por concurso e dotados de grande autonomia institucional, os membros do órgão teriam o poder de punir representantes eleitos pelo povo. A proposta é inspirada por uma visão generosa do papel reservado ao Ministério Público e ao Judiciário em um regime democrático, reservando-lhes o poder de defensores da moralidade pública. Em uma palavra, se aprovadas, as Dez Medidas alterariam o equilíbrio entre os três poderes (LIMONGI, 2023, p. 76).

Chamamos a atenção para essa passagem do livro, pois nela o autor destaca um aspecto crucial do processo do impeachment: a Lava Jato estava empenhada em quebrar as regras do jogo institucional e toda a movimentação que fez na conjuntura foi na direção de promover um aumento do poder decisório do sistema de justiça constituído pelo Ministério Público e pela Procuradoria Geral da República (representação burocrática) sobre os espaços de decisão destinados aos mandatos definidos pelo voto popular (representação política). Tal desequilíbrio de forças da representação burocrática em relação à representação política pode ser considerado, no nosso entender, um dos indicadores do processo de deterioração da frágil democracia liberal existente no país, na medida em que visa obstruir o alcance político do voto popular expresso nas urnas para concentrar todo o poder decisório nas mãos de uma burocracia de Estado – que, aliás, não é eleita pelo sufrágio universal. Mesmo que as Dez Medidas não tenham sido aprovadas, na prática, a Lava Jato quebrou as regras do jogo no processo que antecedeu a votação do impeachment ao adotar procedimentos ilegais de escuta e vazamento de informações sigilosas, iniciativas que contribuíram para agitar as bases sociais dos protestos pró-impeachment e criar as condições para legitimar politicamente a derrubada de Dilma da Presidência da República.

Lacunas e limites da análise institucionalista do impeachment

No tópico anterior, já indicamos algumas perguntas para as quais o livro de Fernando Limongi não oferece respostas por partir de uma problemática teórica que, ao dissociar analiticamente as instituições de seu entorno social, ignora e omite a multiplicidade de causas, agentes e interesses de classe envolvidos no processo de impeachment da presidente Dilma. Agora, pretendemos avançar na análise das principais lacunas do livro para procurar demonstrar mais detalhadamente como elas se conectam com os limites da problemática teórica institucionalista.

Iniciamos com a seguinte pergunta: além dos parlamentares e arquitetos da Lava Jato, a análise de Limongi leva em consideração a participação de outros agentes e instituições no processo que resultou no impeachment de Dilma?

Como já vimos acima, para o autor, as manifestações de rua não ocuparam um papel decisivo neste processo. Ele até chega a mencioná-las e em uma nota de rodapé faz uma citação do jornal de Folha de S. Paulo sobre o número de participantes das manifestações em São Paulo, mas em nenhum momento se preocupa em caracterizá-las, o que implicaria analisar suas pautas, perfil socioeconômico dos manifestantes e alcance em termos nacionais. Na melhor das hipóteses, Limongi considera a existência das manifestações, mas apenas para concluir que elas não exerceram influência sobre o processo político e seu desfecho final (o impeachment). Aqui caberia fazer algumas indagações: sem a existência desses protestos massivos de rua, a Lava Jato teria sido capaz de quebrar as regras do jogo como fez com a escuta e o vazamento ilegais de informações sigilosas? Os parlamentares teriam votado favoravelmente o impeachment sem a presença dessas manifestações e a comoção gerada pela grande imprensa em torno do tema? Se é verdade, como afirma o autor, que os processos de impeachment ocorrem em circunstâncias excepcionais, seria possível depor Dilma sem tais atos massivos de rua? O autor não se faz essas perguntas, nem sequer as tangencia, pois está preso a uma explicação determinista de seu objeto de pesquisa.

Como demonstraram Cavalcante e Arias (2019), a partir dos dados disponíveis sobre as manifestações pró-impeachment realizadas nos dias 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015 e 13 de março de 2016 em São Paulo, os protestos de rua tiveram um papel fundamental para a consumação do golpe de Estado contra o governo Dilma. Foram manifestações que contaram com um perfil de classe claramente delimitado de manifestantes vinculados à alta classe média que davam centralidade à bandeira da luta contra a corrupção, encontrando na Lava Jato uma resposta para seus anseios

punitivistas.⁸ Nada disso, no entanto, é considerado na obra “Operação impeachment”.

A análise de Limongi demonstra toda sua fragilidade não só pelo fato de secundarizar o papel desses protestos de rua na deflagração do impeachment, como também por descurar de outros fatores igualmente importantes que contribuem para explicar toda a trama destituínte e golpista, tais como: o protagonismo da grande imprensa, o papel das entidades e grupos empresariais e o ineditismo do uso das mídias digitais como ferramenta de agitação, de convocação de protestos massivos de rua e de pressão sobre parlamentares com vistas à aprovação do impeachment.

Em nenhum momento o autor faz menção ao papel ativo desempenhado pela grande mídia no processo de deslegitimação ideológica do PT e dos governos petistas por quase uma década – tendo em vista que tal investida foi iniciada na chamada crise do “mensalão” de 2005 e depois reforçada com o movimento Cansei em 2007 e com a conclusão dos trabalhos da Ação Penal 470 em 2012, que apurou o escândalo do “mensalão”. Nesse tempo, com ritmos ora mais, ora menos incisivos, a grande mídia em seu conjunto atuou de forma militante contra os governos petistas e contra todo o espectro político representado pelo petismo, contribuindo significativamente para incendiar a floresta da reação conservadora quando as manifestações de rua contra o governo Dilma começaram a adquirir expressão de massa em seu segundo mandato. No livro aqui discutido, nenhuma referência é feita ao “conluio” Lava Jato e grande mídia formado para legitimar política e ideologicamente as investidas de procuradores e juízes contra o petismo e a política do governo Dilma. Para o autor, na melhor das hipóteses, a grande mídia teria apenas aderido a algumas das posições assumidas pelos mentores da Lava Jato. Enfim, a grande mídia é apresentada como mera apuradora de fatos, não como um agente

⁸ Sobre o papel das classes médias na crise política, ver também: Martuscelli (2016), Bastos (2017), Boito Jr. (2018, cap. 9) e os capítulos de Firmino, Salomão, Santiago e Savella publicados na coletânea organizada por Salomão e Flores (2025).

que atuou diuturnamente para derrubar um governo eleito pelo voto popular. A que se deve esse silêncio gritante da obra em discussão sobre o papel da grande imprensa na trama golpista contra o governo Dilma? Como pensar que agentes estatais não eleitos, como são os mentores da Lava Jato, poderiam legitimar-se ideologicamente sem o apoio entusiasta e militante da grande mídia durante o processo de impeachment? O próprio juiz Sérgio Moro não havia confessado dez anos antes da criação da Lava Jato que a aliança do sistema de justiça com a imprensa seria fundamental para combater a corrupção política, quando buscou abordar o modo de funcionamento da Operação Mani Pulite, na Itália?⁹

Sobre a participação das entidades e lideranças empresariais no impeachment, é possível observar novamente que o autor não faz nenhuma referência a elas, nem mesmo em nota de rodapé. Entidades como FIESP e FIRJAN e a liderança empresarial de Paulo Skaf não são mencionadas em nenhuma das 302 páginas do livro. Como ignorar a presença do pato da FIESP nas manifestações de rua que impulsionaram o impeachment de Dilma? E as matérias de página inteira publicadas pela FIESP na grande imprensa brasileira defendendo o impeachment? E as articulações de Skaf junto ao médio capital da indústria paulista para defenestrar Dilma de seu mandato (PERRIN, 2021; BRAGA, 2022)? E o que dizer de outras entidades e grupos empresariais que militaram ativamente em prol do impeachment ou mesmo quando procuraram não adotar tal tipo posicionamento, fizeram questão de dar apoio ao governo Temer e projetar expectativas positivas em

⁹ Um trecho do texto de Moro não deixa dúvidas sobre o que acabamos de mencionar: “Os responsáveis pela operação *mani pulite* ainda fizeram largo uso da imprensa. (...) A publicidade conferida às investigações teve o efeito salutar de alertar os investigados em potencial sobre o aumento da massa de informações nas mãos dos magistrados, favorecendo novas confissões e colaborações. Mais importante: garantiu o apoio da opinião pública às ações judiciais, impedindo que as figuras públicas investigadas obstruíssem o trabalho dos magistrados, o que, como visto, foi de fato tentado.” (MORO, 2004, p. 59, sublinhados nossos)

relação ao seu governo?¹⁰ Nada disso é abordado pelo autor de “Operação impeachment”.

No que se refere às mídias digitais, Limongi não leva em consideração o importante e crescente papel que elas passaram a cumprir na política nacional, vindo a influenciar significativamente a dinâmica do processo de impeachment. Sobre o tema do ativismo digital, poderíamos mencionar, à título de exemplo, tanto a análise de Rocha (2019) sobre a formação e consolidação dos chamados “contrapúblicos digitais”, inicialmente nas plataformas Orkut e Facebook, que foram decisivos para organizar jovens universitários e profissionais em torno de bandeiras ultraliberais desde meados dos anos 2000, quanto o estudo de Nobre sobre a emergência do “partido digital” que, em grande medida, alterou a dinâmica de funcionamento da política puramente analógica que foi a tônica dos governos petistas no período de 2003 a 2016.

No processo do impeachment, o ativismo digital foi uma ferramenta fundamental para a agitação política realizada pelo MBL, Vem Pra Rua e outras organizações contra o governo Dilma, contribuindo fortemente para incendiar as convocatórias dos protestos massivos de rua realizados em várias partes do país, mas não só. Aqui, é importante lembrar que pouco antes de a Câmara Federal votar a autorização do pedido de impeachment, o Vem Pra Rua criou dois instrumentos de fiscalização do posicionamento dos parlamentares: o Mapa do impeachment, o Comitê do impeachment e o Muro da vergonha. O primeiro estava diretamente ligado ao fenômeno do ativismo digital.

O Mapa do impeachment era um site que permitia visualizar a posição dos parlamentares sobre a votação do impeachment na Câmara Federal e disponibilizava uma série de dados sobre eles, tais como: contatos (telefone do gabinete, email, contas do Twitter e do Facebook), cargos públicos ocupados, evolução do patrimônio pessoal e empresas

¹⁰ Sobre isso, ver, especialmente, os capítulos de Santiago, Braga, Del Passo e Valle publicados no livro organizado por Valle e Narciso (2021), assim como os trabalhos de Paraizo, Braga e Guilmo publicados na coletânea organizada por Boito Jr, Martuscelli e Guilmo (2025).

financiadoras de campanha. O objetivo deste site era pressionar os parlamentares a tomar partido em prol do impeachment. Tal iniciativa deu muito resultado, como observa Borges (2016):

O Mapa do Impeachment, elaborado ao longo de três meses por 80 voluntários do Vem pra Rua, expõe uma evolução considerável de posicionamentos favoráveis ao impeachment ao longo das cinco semanas em que a contagem está no ar. No último mês, ao menos 114 deputados tiveram o status de “indeciso” alterado para “a favor” no site (...).

Cabe mencionar ainda que caso o parlamentar não fizesse nenhum pronunciamento público favorável ou contra o impeachment, seu posicionamento seria inserido no Mapa do impeachment como indeciso. Como relatam os próprios dirigentes do Vem Pra Rua, inicialmente muitos parlamentares se sentiram incomodados com esse tipo de pressão e não quiseram gravar nenhum pronunciamento. No entanto, aos poucos foram se dando conta do alcance político desta plataforma digital, tendo em vista que passaram a receber muitas ligações, mensagens de email e comentários nas páginas dos mandatos nas mídias digitais. Ademais, a própria grande imprensa também começou a difundir o Mapa do impeachment, o que permitiu a plataforma ampliar o alcance e a visibilidade que vinha adquirindo neste processo. Com a criação do Comitê do impeachment, as lideranças do Vem Pra Rua e do MBL incrementaram consideravelmente o contato direto com os parlamentares no Congresso visando pressioná-los pelo voto favorável ao impeachment, o que levou muitos deles a fazer pronunciamentos públicos e a figurar no Mapa do impeachment como apoiador da destituição de Dilma (CHEQUER e BUTTERFIELD, 2016, cap. 8).

O Muro da Vergonha foi instalado pelo Vem Pra Rua nas mediações da FIESP e na Esplanada dos Ministérios com o objetivo de publicizar as fotos dos deputados indecisos ou que declararam

voto contra o impeachment. Tratava-se, portanto, de um instrumento complementar ao Mapa do impeachment que incidia mais claramente sobre as agitações de rua.

Ainda sobre o assunto do ativismo digital, é preciso mencionar que o número de buscas pelos principais movimentos de oposição ao governo Dilma, MBL e Vem Pra Rua, no Google, assim como de interações nas páginas desses movimentos no Facebook, cresceu vertiginosamente no período que antecedeu a votação da Câmara Federal (CAVALCANTI *et al.*, 2019), o que reforça o argumento de que as pressões externas às instituições do Estado promovidas pelo ativismo digital dos grupos de oposição de direita cumpriram papel importante sobre os parlamentares que se manifestavam indecisos quanto ao impeachment naquela conjuntura. Ou ainda, é nessa conjuntura que as mídias digitais passam a ter mais expressivamente um papel sobre os rumos da política nacional, vindo a interferir tanto na dinâmica dos protestos de rua quanto da votação do impeachment na Câmara Federal. Enfim, há algo de ineditismo aqui que precisa ser observado, caso queiramos oferecer uma interpretação mais robusta acerca do processo de destituição de Dilma Rousseff.

É de se destacar ainda que a análise de Limongi secundariza ou mesmo desconsidera por completo as disputas em torno do conteúdo da política governamental que marcaram a conjuntura do impeachment. Isso fica muito nítido na seguinte passagem:

Questões programáticas, com certeza, são fundamentais na política. Faz diferença se o Executivo é comandado por Dilma ou por Temer, pelo PT ou pelo PMDB. Os dois governos não perseguiram as mesmas políticas. A distância entre um e outro, desse ponto de vista, foi enorme. Mas isso não quer dizer que uma coisa explica a outra, que a passagem da faixa presidencial tenha se dado por essa razão (LIMONGI, 2023, p. 163)

Ou seja, Limongi reconhece que há diferenças entre as políticas executadas pelos governos de Dilma e de Temer, mas dissocia completamente tais diferenças da análise do processo de impeachment. Para justificar tal dissociação analítica, o autor se vale do método da omissão de fatos importantes que marcaram a conjuntura: a) em nenhum momento do livro são mencionados os documentos “Uma ponte para o futuro” (focado nas questões econômicas) e “A travessia social” (focado nas questões sociais) que deram base às ações do governo que nasceu do golpe de Estado. Referimo-nos aos documentos apresentados, respectivamente em outubro de 2015 e maio de 2016, pela Fundação Ulysses Guimarães e pelo PMDB, com o objetivo de estabelecer um programa que visava supostamente tirar o país da crise. Tal programa previa a implementação de uma série de políticas e reformas neoliberais, mas isso não é relevante para a explicação construída por Limongi; e b) em nenhum momento do livro são contrastadas e analisadas as políticas executadas pelos governos de Dilma e de Temer. O curioso é que o último capítulo da obra se propõe a analisar a instabilidade política que acometeu o governo Temer, mas descarta deliberadamente de uma série de medidas implementadas por esse governo, tais como: a Lei da Terceirização, a Reforma Trabalhista, a Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos, a mudança da política do BNDES, a Reforma do Ensino Médio, só para citar algumas delas que foram fundamentais para redefinir o conteúdo da política governamental e reforçar o modelo econômico neoliberal, produzindo efeitos políticos, econômicos e sociais de grande monta que ainda se fazem presentes na conjuntura atual do país. Novamente, nada disso é considerado como relevante para abordar o impeachment de Dilma, pois é visível que, para Limongi, a dimensão institucional é autoexplicativa e pode ser considerada como uma dimensão totalmente alheia às intempéries econômicas e à dinâmica dos conflitos de classe presentes na conjuntura.

Como observado, se é certo, por um lado, que Limongi procura destrinchar alguns eventos e o comportamento de agentes que contribuíram para determinar o desfecho do processo, por outro, é preciso

notar que ele empreende tal análise negligenciando deliberadamente uma série de outras dimensões e agentes implicados no impeachment. Limongi não levou em consideração a situação econômica pela qual passava o país e seus efeitos sobre os conflitos distributivos de classe; não analisou o perfil da base social que realizou as manifestações pró-impeachment; secundarizou o papel desempenhado por tais manifestações para a deposição de Dilma; não examinou o comportamento das frações burguesas (ou o empresariado, como preferem caracterizar os analistas supostamente mais isentos) diante da crise do impeachment; e não abordou a incidência das mídias digitais sobre a posição dos parlamentares indecisos.

Além disso, os agentes centrais considerados na Operação impeachment (parlamentares e Lava Jato) são tratados como indivíduos que visam alcançar racionalmente seus objetivos e maximizar seus benefícios e que, ao fim e ao cabo, não representam ninguém, a não ser a si próprios. De acordo com essa linha de raciocínio, os parlamentares votaram no impeachment de Dilma para estancar a sangria e salvar seus próprios mandatos, enquanto os arquitetos da Lava Jato agiram orientados por uma suposta fé na moralidade pública. Estamos diante, portanto, de teses, argumentações e conclusões bastante simplificadoras sobre um processo complexo e marcado por múltiplas determinações e variados agentes.

Sobre quando o impeachment se converte em golpe: uma análise alternativa da deposição de Dilma Rousseff

A corrente institucionalista tem se destacado por oferecer explicações minuciosas e detalhadas sobre o funcionamento das instituições políticas e seus processos internos de tomada de decisões. Trata-se de corrente teórica que tem predominado nos estudos acerca da política contemporânea em diferentes âmbitos internacional, regional, nacional e subnacional e em análises comparativas.

As interpretações predominantes no seio do institucionalismo tendem a partir do pressuposto teórico de que as instituições políticas possuem uma dinâmica de funcionamento completamente autônoma em relação às outras dimensões da vida social. Nessa perspectiva, as instituições políticas são abordadas como uma ilha isolada que não sofre nenhum impacto das intempéries de um mar agitado. Ou ainda, tudo que é externo às instituições, é considerado secundário ou mesmo ignorado para compreender o modo como elas operam, assim como as decisões que delas emanam.

Outra característica da versão predominante do institucionalismo é o formalismo. Para tal corrente, o importante é apenas discutir como, quando e por quem as decisões foram tomadas. Não há espaço para discutir o conteúdo do que foi decidido, nem quais classes e frações de classe foram beneficiadas ou prejudicadas por uma dada decisão. Além disso, cabe observar que o formalismo anda de mãos dadas com o enfoque descritivo, levando o pesquisador a adotar uma visão apologética da realidade social, mesmo quando não tem consciência que esteja procedendo dessa maneira (SAES, 2012). Muitas vezes essa visão apologética é afirmada e reafirmada acriticamente como uma visão realista dos fenômenos sociais.

Ao ignorar ou mesmo refutar o exame do conteúdo das decisões políticas e centrar suas análises nos cálculos racionais dos indivíduos que integram uma determinada instituição, os institucionalistas da escolha racional buscam se afastar de qualquer reflexão que procure estabelecer um nexo entre instituições e classes sociais. Na melhor das hipóteses, sustentam que as decisões produzidas por uma determinada instituição representam os interesses dos próprios decisores implicados no processo decisório. Tal perspectiva teórica inviabiliza qualquer tipo de análise científica que se volte à discussão de quais classes e frações de classe: a) exercem efetivamente o poder político (classe dominante); b) detêm prioridade sobre o conteúdo da política de Estado (fração hegemônica); ou c) são as responsáveis pela

execução de uma determinada política (classe detentora do aparelho de Estado).¹¹

Além disso, a análise institucionalista parece ignorar ou considerar secundário o papel que podem vir a desempenhar as bases sociais mobilizadas na implementação da política governamental, aspecto que ficou muito evidente na análise de Limongi, a qual insiste em desconsiderar o impacto político das manifestações massivas favoráveis ao impeachment de Dilma, assim como o emprego relativamente inédito das mídias digitais como ferramenta de agitação, convocação e pressão política.

Ao indicar esses limites da análise institucionalista, especialmente quando tomamos como objeto o impeachment de Dilma, somos levados à construção de uma alternativa analítica. Nesse sentido, pensamos que a discussão sobre o livro de Limongi pode ser uma oportunidade para apresentar a tese de que, sob determinadas circunstâncias históricas, o impeachment de um(a) presidente da República pode ser configurar como um golpe de Estado. Esse foi o caso do impeachment de Dilma Rousseff, como pretendemos sustentar a seguir.

Para tratar da possibilidade histórica de o impeachment se converter em golpe de Estado, precisamos debater um conjunto de questões que remetem à construção de um conceito marxista de golpe e de sua utilização para a análise do concreto da destituição da presidente Dilma.

O primeiro aspecto que gostaríamos de chamar a atenção diz respeito às disputas pelo controle da política de Estado que estão relacionadas aos golpes de Estado. Geralmente, essa dimensão é totalmente ignorada pelos institucionalistas e também não é integrada teoricamente ao conceito de golpe de Estado defendido pelos analistas do campo crítico. Estamos aqui considerando que o fenômeno dos golpes de Estado está diretamente relacionado aos conflitos distributivos de

¹¹ Essas distintas dimensões analíticas dos processos políticos foram conceituadas por Nicos Poulantzas (2019).

classe, especialmente às disputas por hegemonia no seio do bloco do poder, isto é, às lutas pelo controle da política estatal.

Essa dimensão sociopolítica é de fundamental importância para entender os golpes de Estado que podem estar relacionados a:

a) *mudanças do condomínio hegemônico em seu conjunto*, caso que implicaria uma ruptura institucional e acarretaria uma mudança da forma de Estado e de regime político, algo que se concretizou historicamente com a implementação das ditaduras fascistas da Itália e da Alemanha ou das ditaduras militares latino-americanas dos anos 1960 e 1970. Tais ditaduras possibilitaram a constituição do capitalismo monopolista e de um novo condomínio hegemônico formado pelas frações do grande capital monopolista nesses países. Dito de outro modo, nesses casos, estamos diante do que Saes (2023, p. 101) chamou de “processo radical de redefinição da hegemonia no seio do bloco no poder”; ou

b) *mudanças no interior de um mesmo condomínio hegemônico*, resultando em processos de reorganização ou basculagem interna de um mesmo condomínio hegemônico. Esse é o caso que mais se adequa à caracterização das experiências do neogolpismo, as quais não envolveram mudanças efetivas da forma de Estado e de regime político, mas implicaram “processo[s] de redefinição do modo de exercício de uma mesma hegemonia dentro d[o] bloco [no poder]” (SAES, 2023, p. 103). No caso da destituição de Dilma Rousseff, presenciamos uma ofensiva das políticas e contrarreformas neoliberais ortodoxas que permitiram o reforço da hegemonia política dos interesses do grande capital financeiro nacional e internacional e a contenção das tentativas de reforma do capitalismo neoliberal postas em prática pelos governos petistas desde a chamada “crise do mensalão” em 2005, reformas que viabilizaram o fortalecimento político dos interesses da grande burguesia interna no seio do bloco no poder, sem com isso colocar em xeque a hegemonia do próprio grande capital financeiro nacional e internacional (MARTUSCELLI, 2015).

Do ponto de vista sociopolítico, o impeachment de Dilma pode ser caracterizado como um golpe de Estado por estar relacionado a uma reorganização interna de um mesmo condomínio hegemônico. Nesse tipo de golpe de Estado, que definimos como neogolpismo, ocorrem mudanças institucionais importantes, mas que não são suficientes para instaurar uma nova forma de Estado ou um novo regime político, ou seja, não se traduzem em mudanças que resultem na eliminação do sistema de representação política (eleições) e na concentração de todo o processo decisório nas mãos da burocracia de Estado, como ilustram os casos das diferentes formas de ditadura (bonapartista, militar ou fascista).

Passemos à dimensão propriamente institucional do impeachment. Se não houve uma ruptura institucional do alcance de uma mudança da forma de Estado ou do regime político, nem por isso podemos deixar de reconhecer que a Lava Jato e parte considerável da burocracia do Judiciário não respeitaram as regras do jogo institucional e adotaram um conjunto de práticas que atentaram contra a representação política e reforçaram o papel da representação burocrática, contribuindo assim para deteriorar a já frágil democracia representativa no país. Diferentemente do entendimento de Limongi que estabelece praticamente uma relação de confronto entre a Lava Jato e os parlamentares da oposição ao governo Dilma, concebemos que ambas as forças se constituíram no processo de destituição de Dilma como *forças perpetradoras/executoras* do que definimos como golpe jurídico-parlamentar e agiram como representantes institucionais da ofensiva política neoliberal ortodoxa. Em linhas gerais, em relação ao impeachment, os parlamentares de oposição podem ser considerados como agentes que concluíram e deram acabamento final ao trabalho iniciado pela Lava Jato.

Tal caracterização não nos leva a concluir que os militares estiveram totalmente ausentes nesse processo. Pela forte presença que possuem no aparato estatal e por todos os limites que a tutela militar vem há anos impondo à democracia representativa no Brasil,

consideramos que, nesse caso, se não observamos a participação aberta dos militares como *força executora* do golpe, não podemos deixar de levar em consideração sua atuação como *força endossante* da destituição de Dilma, pois, em nenhum momento, as Forças Armadas como instituição se pronunciaram publicamente para colocar freios às investidas golpistas. Muito pelo contrário, a conversão do impeachment em golpe jurídico-parlamentar criou condições para que, pouco tempo depois, o general Villas Bôas se sentisse à vontade para se pronunciar publicamente nas redes sociais contra a concessão de *habeas corpus* do STF a Lula da Silva, contribuindo assim para legitimar sua prisão e inviabilizar sua candidatura que naquele momento despontava na primeira colocação das pesquisas eleitorais presidenciais de 2018.

Por fim, cabe mencionar o uso casuístico que os parlamentares fizeram do dispositivo legal do impeachment. Na prática, a caracterização das pedaladas fiscais e dos decretos suplementares emitidos por Dilma como crime de responsabilidade esteve muito distante de orientar o voto dos parlamentares que manifestaram apoio ao impeachment. O impeachment esteve muito mais ligado ao “conjunto da obra”, ou seja, aos feitos do governo Dilma e, portanto, às disputas entre classe e frações de classe em torno do conteúdo da política estatal. Era preciso retirar a pedra do caminho [o neodesenvolvimentismo] para conseguir implementar um conjunto de políticas e contrarreformas neoliberais ortodoxas com vistas a impor o ônus da crise econômica a amplos segmentos da classe trabalhadora.

Ademais, é preciso observar que a legislação do impeachment fora implementada no Brasil em meados do século XX e construída inicialmente com propósitos políticos imediatos de reduzir a capacidade governativa de Getúlio Vargas e de submeter as ações do Executivo federal ao controle do Congresso Nacional. Foi essa a tônica que perdurou desde sua promulgação até os dias de hoje. Nessa perspectiva, é possível dizer que o julgamento e a punição dos malfeitos e crimes de responsabilidade cometidos pelo presidente da República se constituíram historicamente como aspectos secundários da norma que visou

fundamentalmente fortalecer o controle parlamentar sobre as ações presidenciais e o processo decisório.

Napolitano e Ribeiro (2017, p. 55) observam que a própria tipificação dos crimes de responsabilidade presente na lei abre “grande espaço de manobra política e leitura discricionária”, permitindo assim que os parlamentares invoquem tal dispositivo em momentos de conflito com a política implementada pelo Executivo federal. Entendimento parecido tem Perissinotto (2016) que lança mão da ideia de “uso casuístico dos procedimentos” para caracterizar tais manobras. O autor também chama a atenção para os limites da análise formalista sobre o impeachment ao afirmar que:

Alguns cientistas políticos que criticam o uso da expressão “golpe de Estado” para caracterizar todo esse processo se limitam a dizer que todos os procedimentos estavam previstos na legislação. É curiosa essa recaída nos vícios de um velho formalismo que defende que olhar exclusivamente para as regras formais esgota toda a análise. A meu ver, sem olharmos para o uso casuístico dos procedimentos, sem observarmos a criminalização repentina de atos cometidos por vários atores a fim de atacar um único “criminoso”, sem analisarmos a sequência e o *timing* dos acontecimentos, resta-nos, enquanto cientistas políticos, apenas o texto legal e, nesse caso, a conclusão pela “normalidade” do processo é quase incontornável. A atenção voltada exclusivamente para os procedimentos previstos na lei, isto é, perguntar-se apenas se o passo-a-passo do processo de impeachment previsto na legislação foi contemplado, significa olhar para um silogismo sem atentar para o modo de produção de uma de suas premissas (especificamente, para a transformação ilegítima de uma má administração orçamentária em crime), significa não perceber que outro procedimento, à margem do texto legal, vinha sendo urdido, desde muito antes, com apoio nas ruas e de

agentes do Estado, para violar outro preceito legal, este de natureza constitucional, contido no artigo 1º, parágrafo único da Carta Magna, que enuncia o cerne de nossa legitimidade política (PERISSINOTTO, 2016, p. 5).

Agregariamos ainda um outro ingrediente a esse debate acerca do uso casuístico do dispositivo do impeachment que diz respeito à mescla na própria norma de fatores jurídicos (tipificação de 65 crimes de responsabilidade) com fatores políticos (apoio de 342 de 513 deputados para iniciar o processo e 54 de 81 senadores para aprová-lo), o que abre brechas para a adoção de iniciativas golpistas de parlamentares contra a presidência da República em conjunturas em que os interesses de classe representados no Congresso Nacional estiverem sendo secundarizados ou abertamente contrariados pela política governamental. Nessas circunstâncias políticas, a formação de uma ampla maioria parlamentar de oposição pode ser decisiva para impugnar o voto popular e aprovar o impeachment do(a) presidente da República de plantão, tal como ocorreu com Dilma Rousseff em 2016.

Nada do que acabamos de discutir é observado ou considerado pela análise de Limongi. Ao fundar toda sua análise na dimensão institucional e nos cálculos racionais dos agentes da Lava Jato e do Congresso Nacional, o autor se limita a apresentar explicações de caráter descritivo e formalista sobre o impeachment de Dilma, descurando assim completamente do debate sobre as possibilidades históricas em que o dispositivo legal do impeachment pode ser acionado com finalidades golpistas para depor um(a) presidente eleito(a) pelo voto popular.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Por Marx*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2015.
- BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 21, n. 2, p. 1-63, 2017.
- BOITO JR., A. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: Ed. da Unesp, 2018.
- BOITO JR., A; MARTUSCELLI, D.; GUILMO, N. (orgs.). *Instabilidade e crise na política brasileira*. Marília: Editora Lutas Anticapital, 2025.
- BORGES, R. Por impeachment, Vem pra Rua e MBL pressionam deputados corpo a corpo e nas redes. *El País*, 25 mar. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/24/politica/1458832560_657858.html
- BRAGA, F. Q. *A FIESP na crise política do impeachment de Dilma Rousseff*. 2022. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas.
- CAVALCANTE, S. M.; ARIAS, S. A divisão da classe média na crise política brasileira (2013-2016). In: BOUFFARTIGUE, P. *et al.* (orgs.). *O Brasil e a França na mundialização neoliberal: mudanças políticas e contestações sociais*. São Paulo: Ed. Alameda, 2019.
- CAVALCANTI, D. B.; BRINGEL, E. P. B.; COSTA, F. R. J.; OLIVEIRA, T. M.; ZUCCOLOTTO, V. R.; VALE, C. V. M. Digital Activism and Indignation Networks in Brazil: The Pressure Groups. *Journal of Politics in Latin America*, Vol. 11(1), p. 109-130, 2019.
- CHEQUER, R; BUTTERFIELD, C. *Vem Pra Rua*. São Paulo: Matrix, 2016.

- LIMONGI, F. *Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato*. São Paulo: Todavia, 2023.
- MARTUSCELLI, D. E. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba, CRV, 2015.
- MARTUSCELLI, D. E. As lutas contra a corrupção nas crises políticas brasileiras recentes. *Crítica e Sociedade*, v. 6, n. 2, p. 4-35, 2016.
- MARTUSCELLI, D. E. Polêmicas sobre a definição do impeachment de Dilma Rousseff como golpe de Estado. *Revista Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Brasília, DF, v. 14, n. 2, p. 67-102, 2020.
- MARTUSCELLI, D. E. Reflexões críticas sobre o debate em torno do neogolpismo na América Latina. In: TZEIMAN, A.; MARTUSCELLI, D. E. (orgs.). *La crisis de la democracia en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2024.
- MARTUSCELLI, D. E.; CAVALCANTE, S. M. Efeitos da terceira ofensiva neoliberal na Bolívia e no Brasil. *Caderno CRH*, vol. 36, p. 1-22, 2023.
- MORO, S. F. Considerações sobre a Operação Mani Pulite. *Revista CEJ*, Brasília, n. 26, p. 56-62, jul./set. 2004.
- NAPOLITANO, M.; RIBEIRO, D. Crises políticas e o ‘golpismo atávico’ na história recente do Brasil (1954-2016). In: MACHADO, A. R. A.; TOLEDO, M. R. A. (orgs.). *Golpes na História e na Escola: o Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI*. São Paulo: Cortez/ANPUH-SP, 2017.
- NOBRE, M. *Limites da democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2022.
- PERISSINOTTO, R. *Por que golpe?*, mimeo, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/29221192/Por_que_golpe

- PERRIN, F. F. *O ovo do pato: uma análise do deslocamento político da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo.
- PETERS, B. G. *Institutional Theory in Political Science: The New Institutionalism*. 4ª. ed. Cheltenham (Reino Unido) e Northampton (Estados Unidos): Edward Elgar Publishing Limited, 2019.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2019.
- ROCHA, C. “Imposto é roubo!” A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 62 (3), 2019.
- SANTOS, L. R. *O PMDB no impeachment de Dilma Rousseff (2015-2016): da patronagem à representação orgânica?*. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas.
- SAES, D. O lugar dos conceitos de “estrutura” e “instituição” na pesquisa em Educação. *Cadernos CERU*, vol. 23, n. 1, 2012.
- SAES, D. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2023.
- SALOMÃO, A. *Do PSDB ao lavajatismo: a representação política da alta classe média na crise política do governo Dilma*. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas.
- SALOMÃO, A.; FLORES, A. *Classes médias e pequena burguesia na crise brasileira*. Marília: Lutas Anticapital, 2025.
- VALLE, A. F. P.; NARCISO, P. F. (orgs.). *A burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro*. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2021.